

De Magistro.¹

Marco Aurélio do Nascimento Alves*

No diálogo **De Magistro**, Santo Agostinho o inicia se interrogando acerca do que é ensinar e aprender. Pergunta-se, em seguida, sobre o papel da linguagem e da comunicação no processo de ensino e de aprendizagem, o que faz do diálogo também um dos clássicos da teoria da linguagem e do significado, sendo sua teoria do signo de grande influência na tradição filosófica e linguística. Ensinar e aprender são duas palavras que estão no centro do diálogo, estão em íntima relação com a atividade do Mestre.

Após uma detalhada consideração da natureza do signo e do processo de comunicação, o autor conclui que as palavras variam de língua para língua e são sinais arbitrários das coisas. O signo linguístico não pode ter qualquer valor cognitivo mais profundo. Portanto, não é através das palavras que o conhecimento é alcançado e, assim sendo, não é possível transmitir conhecimento pela linguagem. A possibilidade de conhecer supõe algo prévio, que torna inteligível a própria linguagem. Sua posição é assim, na mesma direção que a platônica, inatista, supondo que conhecimento não pode ser derivado inteiramente da apreensão sensível ou da experiência concreta, mas necessita de um elemento prévio que sirva de ponto de partida para o próprio processo de conhecer. Entretanto, Santo Agostinho substitui a teoria da reminiscência platônica pela teoria da “iluminação”.

O diálogo que tem como interlocutores pai e filho (Adeodato) examina a fala enquanto ação significativa, a finalidade da linguagem, a força interior e não apenas a palavra em sua dimensão interior. Já apresenta a questão a respeito das pretensões da linguagem: os sinais linguísticos ensinam algo sobre as coisas? Se com palavras só se aprendem palavras, como chegar à realidade mesma das coisas? A solução agostiniana dada ao problema é a conhecida metafísica da interioridade que tem suas próprias características: as palavras são sinais exteriores do conhecimento que é dado sempre pelo Mestre interior, identificado nessa obra com Cristo.

Sua análise não é objetiva:

“Santo Agostinho violenta conscientemente a lei naturalista da linguagem, dissociando os caracteres fonéticos e semânticos da palavra (§ 24); ele minimiza a linguagem e reduz à sua materialidade, para fazer compreender que as condições de possibilidade da comunicação e do conhecimento não são de ordem linguística, mas de ordem metafísica” (AGOSTINHO, 2009, p.19).

A primeira subdivisão do tema principal do livro diz respeito aos signos: “palavra”, “nome”, etc. Santo Agostinho apresenta uma definição para a linguagem mais precisa do que a que fora apresentada por seu filho. Para o autor a fala é um oferecimento exterior de um signo da vontade através de um som articulado. A linguagem está compreendida no domínio do signo. No início da segunda seção, Santo Agostinho trata das palavras consideradas de um ponto de vista material, isto é, como soam. As palavras estão em relação com as coisas enquanto são signos destas. Após serem ouvidas e compreendidas, as palavras são retidas na memória e, ao falar, a memória evoca as palavras, fazendo chegar à mente as coisas das quais as palavras são signos. Santo Agostinho considera que uma das funções da linguagem é rememorar. Ela não somente informa, mas também recorda, relembra. Depois de ter estabelecido uma te-

* Graduando de Filosofia - PUC Minas.

¹ AGOSTINHO, Santo. De Magistro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

oria geral dos signos o autor se concentra no signo linguístico.

Convém chamar a atenção para alguns pressupostos que norteiam a concepção da linguagem, no **De Magistro**, como invenção da razão, especialmente se for considerado o que o autor apresenta acerca do signo e da linguagem em cada um dos diálogos anteriores: o poder racional, o qual é possuído, se vale da razão (aqui se verifica a diferença existente entre a razão como faculdade e o racional como atividade dessa faculdade). Esse mesmo poder racional produz e descobre coisas racionais. Para Santo Agostinho, racional é o que é feito ou dito pela razão, ou seja: as obras do homem e as palavras ou a linguagem. Além disso, esse mesmo poder racional faz com que os seres que possuem em comum a razão se comuniquem entre si. Portanto, a linguagem constitui um instrumento indispensável de associação humana e, de certo modo, é um veículo para expressar o pensamento.

Santo Agostinho examina particularmente a relação entre o sistema da língua, as outras formas de comunicação, o ensino e o aprendizado. Coloca-se desde o início, no centro do problema filosófico inerente a toda educação e a toda cultura. "Como é possível educar"? E, antes de tudo, é efetivamente possível a educação? Aquela relação entre mestre e aluno, que consiste no ensinar por parte do primeiro e no aprender por parte do segundo, é fundada verdadeiramente na realidade das coisas e nas possibilidades da natureza humana ou, ao contrário, é uma pura e simples ilusão?

Verdade é que alguém poderia observar que o **De Magistro** agostiniano começa, não tanto com a discussão de tais problemas, mas, antes, com a pressuposição de uma solução, ao menos do primeiro entre eles. Como é possível a educação? Santo Agostinho não inicia com esse questionamento, mas com outro: Que utilidade tem a linguagem? Esta expressa a vontade de quem fala.

"Que coisa te parece que queremos obter quando falamos?" ou ensinar ou aprender. Ainda que não aceite essa resposta tal como seja formulada, Santo Agostinho não tem em vista negá-la com suas correções, mas esclarecê-la e precisá-la sem impugnar absolutamente a verdade da mesma. Não lhe agrada aquela separação: ou ensinar ou aprender. Ele prefere que se diga somente ensinar, porque também quem fala para aprender, o pode enquanto ele mesmo começou com o ensinamento, antes de tudo, de algumas coisas ao seu interlocutor: com o ensinar-lhe, ao menos, que coisa deseja dele. O autor acrescentaria, antes, não aprender, mas recordar: é, fundamentalmente, um ensinamento dirigido, não somente aos outros, mas também e, sobretudo, a nós mesmos quando falamos com o objetivo de despertar a memória em nós mesmos e de fixar melhor certos argumentos. Para Santo Agostinho, "ensinar ou despertar a lembrança em nós mesmos e nos demais" (AGOSTINHO, 2009, p.73), chegam, substancialmente, a ser uma só realidade.

O conceito de ensinamento do qual Santo Agostinho parte é aquele em que uma primeira e simples observação dos fatos sugere e sempre sugeriu àquele que fizer uma análise do processo educativo. A linguagem é, sem dúvida, o órgão principal e mais notório de toda instrução. Pode acontecer que nem toda linguagem seja, necessariamente, instrução (AGOSTINHO, 2009, p. 132). Mas a proposição recíproca se revela irrefutável, dado que sem falar e sem exprimir-se, de um ou de outro modo, nenhum mestre jamais pôde ensinar. A equação volta se não para o lado da linguagem, ao menos para o lado da instrução; a discussão adota um conceito próprio da instrução que sempre teve uma grande importância na história da pedagogia. O Mestre fala, o discípulo ouve e, através do veículo da linguagem, a ciência passa de um ao outro. Todavia, esta maravilhosa transmissão do pensamento é, na verdade, possível? O texto apresenta uma estrutura da linguagem, mesmo que o objetivo último seja pedagógico (AGOSTINHO, 2009, p.73-75, 157) e até mesmo religioso (AGOSTINHO, 2009, p.74, 148,

158).

Explicar ou ensinar o significado das palavras-signo quando a pergunta diz respeito a determinados signos que se significam um ao outro reciprocamente, é possível fazê-lo demonstrando, visto que o próprio signo pode mostrar o que é significado. Quando a pergunta diz respeito aos signos que significam coisas que não são signos, para algumas coisas sensíveis, pode-se demonstrar sem utilizar nenhum signo e para outras coisas sensíveis é possível chamar a atenção sobre elas utilizando signos. Mas para as coisas inteligíveis podemos somente usar palavras para tentar chamar a atenção sobre elas. Não existe outro modo para mostrá-las ou indicá-las. As palavras não tornam presente o que elas significam.

A linguagem não é o único meio de conhecimento, mas, ao contrário, é o conhecimento que confere sentido à linguagem. No que se refere à função sintática da linguagem, Santo Agostinho tratou: "se os signos se mostram com signo" (AGOSTINHO, 2009, p.91); nesse momento expressa uma introdução da metalinguagem. Sendo esta do tipo que se refere à classificação dos signos por outros signos. "De fato, denominamos 'signos' em geral todos aqueles que significam alguma coisa, entre os quais se encontram também as palavras", pois "toda palavra é signo, mas nem todo signo é palavra". (AGOSTINHO, 2009, p. 94)

Quanto ao aspecto semântico, o autor anuncia novamente que examinará "aquela parte em que com signos não significam outros signos, mas as coisas que são chamadas os significáveis". (AGOSTINHO, 2009, p.122) As palavras implicam em dois elementos: um é o significante (material) e o outro é o significado (formal). Como significante (voz articulada) a palavra expressa uma coisa ou ação; já como significado (signo) ela remete à coisa da qual se fala. Santo Agostinho explicita que no significado de uma palavra estão contidos três elementos: a coisa, o signo e o significado. O significado de uma palavra não pode estar vinculado apenas à sua forma material, mas também ao seu contexto, sendo que este possibilita variações conotativas. As palavras e as coisas são múltiplas e variadas. "Para Santo Agostinho é o sujeito conhecedor quem determina o valor semântico dos sinais lingüísticos". (AGOSTINHO, 2009, p.42) Uma vez que são os homens que criam as palavras, a razão estabelece uma relação entre o som e a significação.

E a respeito da função pragmática, das relações comunicativas, a qual se dedica a examinar a relação dos signos com os falantes, ele dedica os quatro últimos capítulos da obra. Não são as palavras que soam exteriormente que ensinam, mas a verdade interior. Há uma comunicabilidade através dos signos. "Quando se pronunciam as palavras, ou conhecemos ou ignoramos o que significam: se o conhecemos, mais o recordamos do que aprendemos; se não sabemos, nem sequer o recordamos, mas somos talvez incitados a buscar". (AGOSTINHO, 2009, p.147) Santo Agostinho supera essa dificuldade por meio de uma maneira peculiar de conhecer: "a crença" (*credantur*, AGOSTINHO, 2009, p.148).

Desse modo, é do Mestre interior que provém a "iluminação"; do homem é exigido o acolhimento interior. Tal acolhimento se dá por meio do uso consciente da razão. A teoria da iluminação não representa uma invasão da mente humana por parte de uma potência divina. É um instrumento por meio do qual se realiza a verdadeira natureza mental do homem. O aprender se não é propriamente um recordar-se, é certamente um extrair de si mesmo e da intimidade do próprio pensamento. Aqueles que aprendem, o fazem verdadeiramente ao considerar em si mesmos, através da contemplação da verdade interior, se as coisas ditas são verdadeiras. Aprendem quando verificam em sua interioridade que são verdadeiras as coisas ditas pelo Mestre.